

Você Sabia?

O lúdico como ferramenta organizativa no periódico *Terra Livre* (1954-64)

Teorias pecebistas e articulação dos trabalhadores rurais

Em 25 de março de 1922, na região de Niterói, dissidentes do movimento anarquista dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, mobilizados pelo sucesso da revolução bolchevique e inspirados pelas diretrizes da Internacional Comunista (IC), fundaram o PCB. Em seus anos iniciais, os pecebistas defendiam que o socialismo sucederia o capitalismo, após este sofrer progressivas crises estruturais geradas por suas próprias contradições; ou seja, o socialismo só poderia ser instaurado em países com um capitalismo “desenvolvido”. Uma vez que o Brasil era interpretado como uma sociedade “semifeudal”, seria necessário abrir caminho para o desenvolvimento do capitalismo, por meio da revolução democrático-burguesa, para assim construir as condições necessárias à constituição da classe operária, responsável por guiar o país em direção ao socialismo. Nesse momento, os trabalhadores rurais eram considerados “pré-políticos” – ligados aos traços feudais de exploração e submetidos aos abusos dos latifundiários – e, por isso, excluídos das estratégias pecebistas (SOARES, 2011).

Em 1925, no II congresso do PCB, constatou-se a necessidade de aproximação dos trabalhadores rurais. Essa constatação ancora-se nas ideias defendidas por Octávio Brandão no seu livro *Agrarismo e industrialismo*, em que delegou aos trabalhadores rurais e urbanos a função de superar o feudalismo e o capitalismo, ao criarem e, posteriormente, superarem a classe média (WELCH, 2010; SOARES, 2010). Em fins de 1927, após ter sido colocado na ilegalidade, o PCB resolveu renomear o Bloco Operário como Bloco Operário-Camponês (BOC) (DEL ROIO, 2007). Esse “novo” bloco foi criado com o objetivo de ser uma frente eleitoral legal, que pretendia utilizar o apoio dos trabalhadores urbanos e rurais para angariar alianças com outros partidos e aproximar-

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: max_fcp@hotmail.com.

se da pequena burguesia. Para conquistar o apoio da população rural, o BOC tinha como agenda a luta contra a ausência de incentivo à formação de cooperativas rurais e as insalubres condições de moradia e trabalho da população rural (WELCH, 2010). Por essa razão, autores como Silva (1993) e Medeiros (1995), destacaram que, nesse momento, o PCB se aproximou do trabalhador rural somente com interesse eleitoral, sem oferecer um programa sólido para a resolução dos seus principais problemas, resultado do desconhecimento das nuances e da heterogeneidade do campo brasileiro.

Foi durante a realização do seu terceiro congresso (1928) que o termo “camponês” deixou de ser utilizado para ilustrar uma pretensa aliança para assumir caráter político e sociológico (DEL ROIO, 2007). Nesse congresso, o PCB reconheceu sua ignorância e estipulou a criação de uma comissão para análise dos problemas agrários brasileiros. Além disso, propôs a luta por salários equivalentes ao custo de vida, saneamento básico, acesso à educação, direito à associação, formação de cooperativas e melhores condições de produção (WELCH, 2010; SANTOS, 2005). O trabalhador rural passou a ser caracterizado como classe revolucionária e fundamental aliada dos proletários na implantação da revolução. Essa nova forma de interpretar o papel do trabalhador rural resultou da reorientação teórica do partido, que elevou o imperialismo à categoria de principal inimigo e passou a considerar o fato da burguesia “haver capitulado diante desse inimigo” (DEL ROIO, 2007, p.81). Entretanto, os pecebistas acreditavam que a melhora da condição de vida da população rural só seria alcançada por meio de um governo proletário-camponês, capaz de retomar, sem indenização, as terras das mãos do Estado, dos imperialistas e dos latifundiários (SILVA, O., 1993). A redistribuição de terras e a melhora da condição socioeconômica do trabalhador rural eram interpretadas como estímulos à formação de um mercado interno, que aceleraria o desenvolvimento nacional, libertando o país do jugo do capital estrangeiro, e diminuiria as migrações, atenuando assim as pressões sobre os salários urbanos e possibilitando maior capacidade organizativa dos operários, caracterizados como dirigentes da revolução (MEDEIROS, 1995).

Somente após a sua terceira conferência nacional (1946), quando a ampliação das organizações camponesas foi definida como uma das diretrizes do partido e o latifúndio considerado um mal a ser combatido, o PCB atuou de forma sistemática no campo. É lugar comum na historiografia apontar que após 1946 o PCB teve relevante atuação na tradução para o mundo rural dos direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos e na articulação de demandas anteriormente esparsas. Exemplo dessas atuações no campo foram as Ligas Camponesas Comunistas e as irmandades. As irmandades tiveram atuação efêmera e

concentrada em Goiás, ao contrário das Ligas Camponesas Comunistas, que, criadas em 1945 para organizar as categorias rurais não assalariadas e assalariadas, atuaram em Pernambuco, Guanabara, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Paraná e Minas Gerais, lutando por meio da assessoria jurídica e do envio de memoriais aos poderes públicos (SANTOS, 2005). Em abril de 1947, o PCB teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (SILVA, O., 1993); em consequência, a atuação das Ligas foi interrompida. Alguns núcleos tentaram continuar agindo, mas foram repetidamente reprimidos.

Apesar da intensa repressão, o PCB continuou a propor teses para o campo brasileiro. Em 1950, o partido lançou o “Manifesto de Agosto” que, apesar de manter a tese da revolução etapista, refutava a aliança com a burguesia nacional – apresentando como aliados dos proletários urbanos, os trabalhadores rurais e setores das classes médias urbanas – e criticava o caminho institucional para a realização de mudanças (BADARÓ, 2012; SALES, 2005). Essas transformações teóricas refletiram nas proposições do partido para o campo brasileiro, que, na primeira metade dos anos cinquenta, propôs: a ampliação das organizações camponesas; a resistência armada do camponês; a desapropriação de terras para reforma agrária sem indenização ao proprietário; a extinção da meação, do foro, da terça, do vale-barracão e de todas as demais formas de prestação de serviços gratuitos; o fim do pagamento *in natura* (com participação no produto e/ou o direito de utilizar as terras do proprietário); a anulação de todas as dívidas dos camponeses; e a garantia à produção (MEDEIROS, 1983).

Em 1952, o PCB passou a se preocupar com a sindicalização dos trabalhadores rurais, tendo como referencial a ideia de que somente os assalariados agrícolas deveriam se filiar ao sindicato, pois enxergava no mesmo uma única função: alcançar melhores condições de trabalho e salários (MEDEIROS, 1995; DEZEMONE e GRYSZPAN, 2007). A luta por meio dos sindicatos era difícil, haja vista a necessidade de reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho, que raramente concedia. Outros fatores também contribuía para o baixo número de sindicatos rurais. O próprio PCB afirmava ser difícil organizar esses trabalhadores em razão da dispersão, da negação de direitos, da intensa repressão, das migrações e da falta de tradição organizativa. Ademais, em concordância com a radicalidade presente nas teorias do partido e preocupados em instaurar o mais rápido possível a revolução, os pecebistas ao articularem um sindicato, sequer preocupavam-se em obter seu registro, prontamente queriam utilizá-los para lograr lutas armadas (MEDEIROS, 1995).

O referido apoio à resistência armada ganhou contornos mais claros durante a formação da República Socialista de Trombas e Formoso, a guerrilha de Porecatu e a Revolta Camponesa de 1957. O projeto de

ampliação das organizações camponesas, por sua vez, materializou-se durante a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (1954), quando, influenciados pelas ideias discutidas na I Conferência Internacional da União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (Viena, 1953),² membros do PCB decidiram pela criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (COSTA, 1990). A ULTAB foi criada para coordenar as associações de trabalhadores rurais já existentes, tanto as de assalariados agrícolas como as de camponeses, em torno de campanhas pela reforma agrária, pela extensão dos direitos trabalhistas ao campo e pelo congelamento de preços (MEDEIROS, 1983).

O caráter sectário e radical das propostas do PCB durou pouco. Após a denúncia no XX congresso do PCUS (1956) dos crimes praticados por Stálin, o PCB reconsiderou a relação hierarquizada que tinha com o mesmo, vislumbrando a necessidade de traçar uma estratégia mais adequada às necessidades autóctones (SILVA, O., 1993; SOARES, 2011; BADARÓ, 2012; SALES, 2005). As proposições que surgiram dessa reavaliação pouco se aproximavam das ideias que vimos até o momento. O PCB, por meio da “Declaração de Março” (1958), renunciou o caráter insurrecional da revolução em nome da luta democrática pelas vias institucionais. Essa mudança baseava-se na observação do crescimento do número de parlamentares dedicados à promoção de projetos nacionalistas e democráticos, o que, na opinião do partido, possibilitaria a superação pacífica da dominação imperialista norte-americana (DEZEMONE e GRYSZPAN, 2007; MEDEIROS, 1995). Tendo como base essa interpretação, o PCB reorientou suas propostas para o campo brasileiro. O programa agrário radical baseado na reforma agrária com redistribuição de terras foi substituído por lutas parciais contra a grilagem, o despejo, as altas taxas de arrendamento e a ausência de uma legislação trabalhista rural. Os pecebistas acreditavam que um projeto mais moderado seria capaz de articular uma frente única nacionalista composta por proletariados, camponeses, burguesia e latifundiários contrários ao imperialismo (DEZEMONE e GRYSZPAN, 2007; SALES, 2005; MEDEIROS, 1983 e 1995; SILVA, O., 1993; SOARES, 2011).

Em meio a esse processo de reorganização teórica, o papel do sindicato também sofreu alteração. O sindicato deixou de ser interpretado como espaço único e exclusivo de resolução das questões trabalhistas dos assalariados agrícolas. O PCB passou a privilegiar a ação política dos sindicatos, que assumiram posição estratégica na luta nacionalista contra o latifúndio e o imperialismo norte-americano. Nesse processo, a bandeira da reforma agrária assumiu a função de agitação e aglutinação dos

² Oito membros foram enviados pelo PCB a essa conferência - fazia parte desta comitiva Heros Trench, editor do *Terra Liore* (COSTA, 1990).

diferentes setores dos trabalhadores rurais. Tendo como referência essa nova forma de pensar o sindicato, o PCB investiu em processos de sindicalização da população rural no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, regiões caracterizadas por intensos conflitos pelo acesso à terra, e de forma mais pontual em Minas Gerais, Espírito Santo e Maranhão. Essas ações resultaram na formação de quase cinquenta sindicatos, porém, nenhum reconhecido pelo Ministério do Trabalho (COSTA, 1990). Em 1963, essa situação mudou, o número de sindicatos reconhecidos aumentou significativamente, resultado da nomeação de Almino Afonso, aliado do PCB, para o cargo de ministro do Trabalho. Como Ricci (1999) destacou, na própria Comissão Nacional de Sindicalização, criada pelo governo federal em 1963, o PCB teve influência.

O Terra Livre

A imprensa comunista brasileira surgiu em 1.º de maio de 1925, com o periódico *Classe Operária*, que “penetrou no meio das massas, desde Manaus e Belém até Boavista do Exim, no Rio Grande do Sul” (BRANDÃO, 1977, p.47). Tendo como referência as ações do PCUS, o PCB considerava os periódicos uma importante forma de atuar na constituição dos modos de vida, das perspectivas, da consciência histórica e da organização coletiva da sociedade, ao articular, divulgar e disseminar projetos, ideias e valores (BADARÓ, 2012). Em 1946, a fim de alcançar esses objetivos, foi lançada a campanha “Imprensa Popular”. Essa campanha – baseada na homônima lançada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e adotada como diretriz pelos partidos comunistas após a III Internacional – foi desenvolvida em torno de três eixos: educar, esclarecer e organizar. Para tanto, preocupavam-se em utilizar: a) linguagem acessível; b) recursos iconográficos; c) repórteres locais, que transmitiriam a “verdade” ao ouvir os envolvidos, escolher os documentos, nomear e datar os acontecimentos, organizar fichários e fazer estatísticas (SOARES, 2011). Nesse processo de reconhecimento da imprensa como importante forma de propagação das ideias do partido, alguns periódicos foram lançados: *Imprensa Popular* (1948-58), *Tribuna Popular* (1948-58), *Novos Rumos* (1959-64), *Voz Operária* (1949-59) e *Notícias de Hoje* (1949). Esses jornais tinham como características: a irregularidade, resultado da intensa perseguição ao PCB; a publicação de diretrizes do partido; a análise do comunismo no mundo; a divulgação das lutas operárias; e, em razão da apologia à aliança operário-camponesa, a publicação de notícias sobre o campo brasileiro (MEDEIROS, 1995; SOARES, 2011; SOUZA, 2005; BARBOSA, 2014).

No mesmo ano em que iniciou a atuação sistemática no campo brasileiro, o PCB elaborou um periódico específico para os trabalhadores

rurais do estado de São Paulo: *O Guatambú* [1946], que “fazia referência direta a uma árvore cuja madeira era utilizada para se fazer o cabo da enxada (...) e buscava construir uma identidade comum entre os trabalhadores rurais” (BARBOSA, 2014; p. 14). Em 1949, o PCB iniciou a produção do periódico paulista *Nossa Terra*, que em 1954 passou a ser chamado de *Terra Livre*: a terra para os que nela trabalham. Publicado quinzenalmente até o ano de 1956 e mensalmente a partir de 1957, o *Terra Livre* foi acometido por sucessivos problemas de circulação devido à falta de recursos – o periódico tinha forte dependência do setor financeiro do PCB –, à clandestinidade e às reformulações internas do partido, como a que ocorreu após o XX Congresso do Partido PCUS. Apesar desses empecilhos, o periódico possuía tiragem de 30.000 exemplares e inserção em diferentes regiões do Brasil, com sucursais em Pernambuco (1954), Ceará (1955) e Paraná (1955), corretores de assinaturas em Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Paraná, São Paulo, Amazonas, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pará, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasília, e correspondentes nos já citados, além de Maranhão, Paraíba, Piauí e Sergipe.

O *Terra Livre* era o principal instrumento de veiculação das ideias do PCB no campo brasileiro e, por isso, era organizado para ser bem-aceito entre os trabalhadores rurais. Para atingir esses objetivos, o jornal noticiava a situação do campo brasileiro, em especial as lutas pela posse da terra e por melhores condições de trabalho; expunha as lutas dos trabalhadores rurais que buscavam a direção do jornal para denunciar as suas condições de vida; anunciava as Assembleias Gerais da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB); discutia as ações e os projetos do governo para o campo brasileiro; publicava orientações sobre técnicas agropecuárias e orientava os trabalhadores rurais sobre seus direitos. De nada adiantaria essa organização se os trabalhadores rurais não tivessem acesso a essas informações. Por isso, o periódico orientava aqueles que eram alfabetizados a se reunirem com os demais lavradores, que em sua maioria eram analfabetos, para a leitura coletiva do jornal. Além dessa estratégia de leitura, o periódico lançava mão de linguagem simples, de imagens e do lúdico.

O imagético e o lúdico eram recorrentemente utilizados no espaço “Almanaque”, também intitulado “Pequeno Almanaque de Terra Livre”. Este era destinado à publicação de orientações agropecuárias, piadas, indicações bibliográficas, fábulas, conselhos caseiros, charges, tirinhas, horóscopo e cuidados médicos. Nas primeiras edições, o “Almanaque” tinha como espaço a parte inferior das páginas pares, aos poucos foi ocupando toda a área das páginas com numeração ímpar – espaço que atrai mais a atenção visual do leitor, por isso, os conteúdos mais importantes são colocados nessas páginas – até que, nas edições do ano de

1960, foi alocado nas páginas duplas centrais. Essas mudanças ilustram a importância do “Almanaque” na transmissão das diretrizes pecebistas.

Você Sabia?

O “Almanaque” foi publicado em 80% dos números do *Terra Livre*. Esse espaço continha a coluna fixa “Você Sabia?”, dedicada à apresentação das características do corpo humano, do planeta Terra e de diferentes grupos sociais. Implementando uma estratégia pitoresca, o periódico alternava aspectos demasiadamente detalhistas e comuns a qualquer programa de perguntas e respostas – versando sobre a quantidade de água no corpo humano, dias que marcam o início e o final das estações do ano, horários dos eclipses, descobertas de Copérnico, hábitos dos esquimós, inovações da medicina e origem dos nomes – com apologia às ações da URSS e da China, críticas às ações dos latifundiários e do imperialismo norte-americano e apresentação da desigualdade socioeconômica no Brasil.

A partir de 1930 os jornais comunistas brasileiros apresentaram a URSS ao público leitor, representando-a como terra de fartura, alegria e plenitude, onde as terras eram coletivas e a agricultura mecanizada, o que aumentava a produtividade e diminuía o esforço do camponês (SOARES, 2011). O espaço “Você Sabia?” reproduzia essa caracterização da URSS, apresentando a soberania tecnológica e a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e urbanos do país: “você sabia que a mais luxuosa estrada de ferro subterrânea que existe no mundo é o Metropolitano de Moscou, na URSS?” (TERRA LIVRE, edição 045, p. 2); “você sabia que a Universidade de Moscou tem 50 mil lâmpadas elétricas” (TERRA LIVRE, edição 046, p. 5); “você sabia que existem, na União Soviética, 35 mil cinemas rurais” (*Idem*); “você sabia que na União Soviética, onde as fábricas e a terra estão nas mãos dos operários e dos lavradores, todas as casas no campo são servidas de energia elétrica?” (TERRA LIVRE, edição 053, p. 2); “você sabia que se diz alô no telefone porque foi um húngaro, chamado Tivadar Puskas, quem lançou o primeiro chamado telefônico?” (TERRA LIVRE, edição 046, p. 5); “você sabia que a agricultura da União Soviética está tão avançada que já se conseguiu nesse país produzir algodão de diversas cores e cultivar verduras, como tomate em poucos dias?” (TERRA LIVRE, edição 054, p. 3). Enfatizar os avanços soviéticos na “corrida espacial” e na “corrida armamentista” (classificando suas ações como defensivas) também fazia parte da estratégia argumentativa do periódico. Por vezes, durante as orientações agropecuárias, o “Almanaque” publicava fotos das cadelas do programa espacial soviético, Laika, Strelka e Belka, e as utilizava como chamariz à exposição das benesses da energia nuclear a “serviço da paz” (TERRA LIVRE, edição 096, p. 6). Em contraposição, imputava aos norte-americanos a responsabilidade pela transformação dessa fonte de energia em arma: “Você sabia que as cinzas de uma bomba

atômica experimentada pelos norte-americanos em Bikini, no Oceano Pacífico, levaram à morte vários pescadores (...)” (TERRA LIVRE, edição 092, p. 4); “Você sabia que a bomba atômica lançada sobre a cidade de Hiroshima, no Japão, ao fim da Segunda Guerra Mundial, matou 80.000 pessoas e feriu outras 40.000?” (*Idem*).

Mesmo dedicando grande parte do conteúdo à URSS, essa coluna continha pontuais elogios à capacidade organizativa dos trabalhadores rurais chineses, por exemplo: “você sabia que na China comunista existem 84 jornais camponeses para os lavradores?” (TERRA LIVRE, edição 053, p. 2). O pequeno destaque concedido nesse espaço não representa o protagonismo da China nas abordagens do periódico. Entre 1955 e 1956, uma série de artigos sobre a Reforma Agrária Chinesa foi publicada. Assinados por um chinês e por uma enviada especial (fazendo uso do argumento de autoridade para legitimar as informações veiculadas), esses artigos enfatizavam o papel da aliança operário-camponesa, o estímulo à educação dos camponeses – em razão do índice de analfabetismo entre os trabalhadores rurais, o acesso à educação foi recorrentemente utilizado para legitimar a experiência socialista em outros países –, a intensa produção das cooperativas de trabalhadores rurais, a proclamação da igualdade da mulher, a superação das características feudais e a distribuição da terra para quem nela trabalha, igualando latifundiários e trabalhadores rurais, como ilustrado abaixo.

Figura 1 – Reforma agrária chinesa e a transformação do latifundiário em camponês



Fonte: TERRA LIVRE, edição 062, p. 1.

Na tentativa de trazer o camponês para mais perto do seu ideal revolucionário, o jornal enfatizava que os latifundiários não eram os únicos responsáveis pelos problemas que os camponeses enfrentavam. Se o camponês quisesse superar a exploração, seria necessário entender que a luta de verdade acontecia na esfera política (SOUZA, 2005). Para tanto, o jornal adotou três pontos como linha argumentativa: I) apresentar esquemas de grilagem comandados por políticos - quando não eram apresentados como grileiros, alguns políticos eram expostos como protetores dos grileiros; II) associar a carestia e a fome à negligência dos governantes brasileiros, que realizavam investimentos desnecessários, instituíam cobrança demasiada de impostos sobre a produção do trabalhador rural, não regulavam os contratos de arrendamento e estavam subordinados aos interesses imperialistas; III) apresentar as instituições que aparelhavam as ações dos grileiros: a justiça, a polícia e o exército. A figura do juiz de direito, ou “jagunço de gravata” (TERRA LIVRE, edição 107, p. 3), omissor e conivente as ações dos grileiros era recorrente. A polícia e o Exército, por sua vez, eram caracterizados como braço armado a serviço dos grileiros, como é possível observar na Figura 2, que retrata os policiais como funcionários da fazenda, retirando o seu pagamento tal qual o assalariado rural comumente fazia.

Figura 2 - Polícia paga para oprimir e escravizar os trabalhadores



Fonte: TERRA LIVRE, edição 054, p. 5.

Em concordância com essa estratégia argumentativa, o periódico utilizava a coluna “Você Sabia?” para apresentar os governantes como partes responsáveis pela exploração do trabalhador rural, desigualdade socioeconômica e inexistência de um controle sobre a remessa de lucros por parte das empresas norte-americanas: “você sabia que o Brasil é um dos países mais ricos do mundo e, no entanto, seu povo é um dos mais pobres do mundo?” (TERRA LIVRE, edição 044, p. 2); “você sabia que o charuto fumado pelo presidente Getúlio Vargas custa 60 cruzeiros e que

ele fuma 10 charutos por dia, segundo informações publicadas pelo jornal 'Última Hora'?" (TERRA LIVRE, edição 045, p. 2); "você sabia que o Sr. Lucas Garcez, ex-governador de São Paulo, deixou uma dívida de mais de 500 contos só de convites para banquetes? (TERRA LIVRE, edição 054, p. 3); "você sabia que o aluguel do avião da 'Panair' que levou o Sr. Café Filho a Portugal custou um milhão de cruzeiros?" (TERRA LIVRE, edição 056, p. 3); "você sabia que 400 companhias norte-americanas arrancaram do Brasil, no ano atrasado, 4,7 bilhões de Cruzeiro em Lucro?" (TERRA LIVRE, edição 055, p. 3); "você sabia que a companhia americana Standard Brands of Brazil obteve, em 1953, lucros de 216,4% sobre o capital?" (Idem)

Vamos rir?

O Tatuirão e ditinho

O Tatuirão parou o carro de luxo e tirando o charuto de 80,00 da boca esbravejou:

- Ditinho, abra aquela porteira!

- Não abro nada...

- Você não sabe que quem manda aqui sou eu?

- Então mande a porteira abrir-se sozinha...

(TERRA LIVRE, edição de 044, p. 2)

As piadas eram instrumentos fundamentais na circunscrição dos adversários. Duas malogradas tentativas de criação de colunas voltadas a este gênero textual foram realizadas: "Vamos Rir?" (edições de 1955 e 1960) e "Conhece Esta?" (edições de 1956). Ainda que sem coluna fixa, as piadas tinham espaço cativo no "Almanaque". Grande parte das piadas era destinada à caracterização dos latifundiários como gordos, cansados e ineficientes - assim como os latifúndios que lhe pertenciam -, preocupados em adquirir objetos que serviriam somente para a reafirmação do seu pretensão poder, como charutos e carros de luxo. Esta estratégia argumentativa ancorava-se na oposição de hábitos e necessidades, conferindo ao charuto a simbologia da ostentação e do autoritarismo em oposição à simplicidade genuína do cigarro de palha, comumente utilizado pelos trabalhadores rurais.

Outros adversários eram objetos de depreciação. O fiscal, ou administrador da fazenda, era apresentado como aquele interessado em lesar o trabalhador rural (TERRA LIVRE, edição 047, p. 7).

O imperialista norte-americano tinha o seu espaço:

Um americano desses que andam pelo mundo a explorar e a roubar o povo, ficou perdido nos grandes matos da África. Depois de muito andar encontrou um índio antropófago (que come gente) que bateu palmas e correu para abraçá-lo.

- Ué, você sabe quem sou? – perguntou o americano.
 - Se sei. Você é o meu almoço de hoje, respondeu o índio.
- (TERRA LIVRE, edição 069, p. 3)

Os vendedores e os intermediários também eram personagens das piadas:

Custo de Vida



O Vendedor – Em comparação com a semana que vem, os preços esta semana até que estão muito baixos!

A Freguesa – Toda semana o senhor me diz isso... e não sei onde vamos parar...

O Vendedor – Do jeito que as coisas vão a senhora nunca me pega na mentira. O mentiroso fica sendo só o governo, que promete toda hora baixar o custo de vida e nunca cumpre a palavra.

(TERRA LIVRE, edição 051, p. 4)

É possível perceber a caracterização do vendedor como “mentiroso” e “aproveitador”, feliz com a obrigatoriedade da mulher em pagar o preço estipulado à revelia. Durante os seus dez anos de circulação, diferentes conteúdos classificavam os vendedores e os intermediários como aproveitadores da carestia causada pela ação governamental. Segundo o *Terra Livre*, ao instituir cobrança demasiada de impostos sobre a produção do trabalhador rural, isentar os “maquinistas” e não regular os contratos de arrendamento e parceria, o governo federal possibilitava que os intermediários e os vendedores se apoderassem “do suor dos camponeses, a preço de ocasião, para vender ao consumidor da cidade a preços elevadíssimos” (TERRA LIVRE, edição 103, p. 1). Sabendo que os intermediários eram figuras malquistas no meio rural, o periódico os utilizava como eixo das críticas à atuação imperialista norte-americana. A tirinha “Vantagens do Comércio com a Rússia e a China” (TERRA LIVRE, edição 061, p. 3) representa bem essa tentativa de personificar a exploração imperialista a partir de práticas cotidianas. Ao criticar a relação comercial bilateral e desigual estabelecida entre o Brasil e os Estados Unidos, no que se refere à comercialização do café, o texto delegava aos norte-americanos a posição de intermediários, uma vez que

ditavam os preços para o nosso café, comprando barato e vendendo caro a outros países.

Antes de continuarmos analisando as formulações das piadas, cabe aqui destacar outra construção crítica à exploração imperialista, a partir de aspectos cotidianos. Entre janeiro e fevereiro de 1962, o periódico publicou a série “Um dia na vida do Brasilino”. Brasilino era “um bom burguês” que morava “em um apartamento qualquer, numa cidade qualquer” (TERRA LIVRE, edição 107, p. 4). O objetivo do jornal com essa série era “ver na vida de Brasilino, como todos os brasileiros pagam lucros ao imperialismo, que entra no Brasil em forma de CAPITAL ESTRANGEIRO” (*Idem*), apresentando hábitos cotidianos como: acordar e tomar seu café da manhã com leite que “vem de uma vaca alimentada com farelo REFINAZIL, da ‘Refinações de Milho do Brasil’ (Brasil Z), que é americana”; escovar os dentes com a escova “TEK, da Johnson e Johnson do Brasil (que é americana)”; fazer a barba com o seu aparelho “Gillete”; enxugar-se com a toalha felpuda da “Fiação da Lapa”, “que também não é da Lapa porque é Suíça”; usar o seu automóvel “Volkswagen”, “fabricado pela ‘Volkswagen Brasil’, que é Alemã” (TERRA LIVRE, edição 108, p. 4).

Voltemos às piadas:

Quem tem olho aberto não é roubado

Um latifundiário despediu o colono. E estava fazendo a conta do pagamento. Ia somando, diminuindo e dividindo os números para confundir o colono.

- 500 somando com tanto, diminuindo tanto e dividindo por tanto, dá tanto – ia dizendo o latifundiário. No fim disse: “você tem para receber 200 cruzeiros”.

O Colono que era analfabeto, condição esta que estava sendo aproveitada pelo latifundiário para fazer as tramoias, passou a mão numa varinha e começou a fazer uns rabiscos no chão.

O latifundiário, arregalando os olhos, disse: “O que é isso, Chico?”

- Tô fazendo as contas para vê quanto to seno robado.

Diante disso o latifundiário, assustado disse:

- Não estou roubando não. Houve um “engano” aqui nas minhas contas. Você tem para receber 2000 cruzeiros e não duzentos. Eu me enganei num zero...

(TERRA LIVRE, edição 074, p. 3)

Esse também era o momento de estimular o enfrentamento e depreciar os opressores ante a espreteza do trabalhador rural. Ao construir a imagem do trabalhador como sujeito que, apesar da ausência de educação formal, era dotado de destacável inteligência, o periódico

conquistava sua empatia e contribuía para a construção de um reforço positivo³. Os discursos produzidos por diferentes setores da sociedade brasileira costumavam classificar a população rural como *rustícola* – categorização que transmitia a ideia de incapacidade técnica, ingenuidade e inferioridade política. O patronato rural, interessado em combater a sindicalização classista e deslegitimar qualquer organização política dos trabalhadores rurais, associava *rustícola* a ingênuo, sinalizando que estes seriam facilmente coagidos por forças interessadas em reproduzir conflitos de classe exclusivos à cidade e, por conseguinte, acabar com a “harmonia” entre empregados e empregadores no campo (MEDEIROS, 2010). Ademais, utilizavam o termo para adjetivar a incapacidade técnica dos trabalhadores rurais e deslegitimar qualquer proposta de interpretação dos problemas do campo a partir da concentração fundiária, pois defendiam que a improdutividade rural estava relacionada, única e exclusivamente, a essa incapacidade (MENDONÇA, 2010). Setores urbanos também compartilhavam dessa interpretação, haja vista o sucesso da obra *Urupês* (1918), onde Monteiro Lobato, por meio do personagem “Jeca Tatu”, caracterizava o trabalhador rural como ignorante e preguiçoso. Ao se aproximar do PCB, a forma como o autor pensou o homem do campo sofreu pequenas alterações. Em 1947, Lobato publicou o folheto “Zé Brasil”, que funcionou como uma revisitação à Jeca Tatu. O trabalhador rural não era mais representado como preguiçoso, pelo contrário, explicou sua miséria a partir da concentração fundiária, dificuldade de aquisição de insumos artificiais, ausência de assistência médica e exploração patronal. Apesar dessa mudança, o escritor continuou caracterizando o trabalhador rural como inferior, nesse caso, sem capacidade técnica e consciência política, que só reconheceu as possibilidades de luta e o tamanho da sua força após contato com o “cavaleiro da esperança”, Luiz Carlos Prestes.

O folheto “Zé Brasil” teve reconhecida circulação no meio rural (MORAIS, 1969) e a caracterização visual do latifundiário nas páginas do *Terra Livre* tinha como referência a imagem construída na edição desenhada por Percy Deanne⁴ – ver Figuras 3 e 4. Essa não foi a única utilização que o *Terra Livre* fez do folheto. Na edição de dezembro de

³ A informação publicada na primeira quinzena de dezembro de 1956 legitima essa intenção: “Billy Wardale, um cidadão inglês que não sabia ler e escrever (era analfabeto), foi eleito quatro vezes seguidas para prefeito do município de Grimsby, na Inglaterra. A maioria dos seus eleitores era também analfabeta. Isso não quer dizer que é tolice saber e ser instruído, mas prova que, mesmo analfabeta, uma pessoa pode votar e ser votada e ser também um bom governo” (TERRA LIVRE, edição 075, p. 3).

⁴ Em 1948, o folheto foi publicado pela editora Calvino Filho, tendo como responsável pela arte o pintor Cândido Portinari. Para análise densa sobre os componentes visuais dessa edição, cf. SOARES, 2010

1962, o jornal republicou, no “Pequeno Almanaque de Terra Livre”, a história. Na estreia dessa série, o jornal apresentava como objetivo analisar as mudanças na qualidade de vida do camponês, enfatizando a sua deterioração. Porém, na publicação das terceira e quarta partes, observamos que o objetivo não era apenas esse. Em uma clara adaptação da história original, o periódico utilizou o espaço para apresentar as funções e objetivos do sindicato rural, que, segundo o jornal, era “uma organização onde os trabalhadores se associam para discutir seus problemas e reclamar do governo aquilo que estão precisando”, capaz de conseguir “que todos os que trabalham na terra sejam donos de um sítio de bom tamanho” (TERRA LIVRE, edição 119, p. 4). Cabe destacar que esse último trecho demonstra a mudança de perspectiva da função do sindicato, que, a partir da década de 1960, foi organizado a partir da ação política, utilizando a bandeira da reforma agrária para aglutinar os diferentes setores dos trabalhadores rurais (COSTA, 1990).

Figura 3 – Latifundiário no *Zé Brasil* **Figura 4** – Latifundiário no *Terra Livre*



Fonte: LOBATO, 1947, p. 24.



Fonte: TERRA LIVRE, edição 069, p. 2.

Além da história de “Zé Brasil”, a arte gráfica também foi utilizada como importante ferramenta para demonstrar a importância da sindicalização. O jornal publicou história em quadrinhos e caracterizou o trabalhador rural como aquele que luta com a carta de sindicalização em suas mãos, arrastando multidões (Figuras 5 e 6). Apesar da caracterização positiva dos trabalhadores rurais, em alguns momentos, o periódico publicava conteúdos que reforçavam a posição dos trabalhadores urbanos como orientadores e despertadores da consciência de classe entre os assalariados rurais. Por exemplo, a tirinha publicada na primeira quinzena de novembro de 1955 apresentava a trajetória do trabalhador rural “João Carreiro”, que somente despertou para as possibilidades de luta e resistência ao escutar e conversar com um farmacêutico, um alfaiate e um carpinteiro (TERRA LIVRE, edição 059, p.3).

Figura 5 – História em quadrinhos



Fonte: TERRA LIVRE, edição 130, p. 4.

Figura 6 – O trabalhador rural e a carta de sindicalização



Fonte: TERRA LIVRE, edição 119, p. 7.

“Livros para você”

Em diferentes edições, o periódico oferecia indicações bibliográficas, ora estimulando a aquisição de livros por meio de reembolso postal – títulos sobre a União Soviética, a China e o campo brasileiro – ora publicando trechos de obras no “Almanaque”. Nas primeiras edições de 1954, o periódico publicou fragmentos do livro *Preto no Branco*, que versava sobre as técnicas de comunicação e linguagem praticadas no decorrer da história. Na edição da segunda quinzena de agosto de

Com exceção de momentos pontuais – como a defesa da reforma agrária radical e da resistência armada, após o partido definir, na “Declaração de Março”, um projeto mais moderado para o campo – a confluência entre as proposições do comitê central e o conteúdo do periódico era constante. A chamada veiculada na primeira quinzena de junho de 1955 exemplifica essa concordância. No artigo “Os lavradores e as eleições de outubro”, o periódico destacou a capacidade organizativa dos lavradores em eleger, na capital de São Paulo, “candidatos que se comprometeram a lutar por um programa popular” (TERRA LIVRE, edição 057, p. 1) e solicitava que os trabalhadores rurais continuassem estimulando “em cada lugar a união entre os comunistas, os trabalhistas, os pessedistas e outros que desejam garantir a eleição de um Presidente da República patriota e defensor dos interesses do povo” (Idem). Esse presidente era Juscelino Kubitschek. A candidatura de JK tinha como sustentação política a aliança PTB/PSD. Esses partidos tinham concepções e propostas distintas para o campo brasileiro. Enquanto o PTB apoiava a realização de uma reforma agrária, chegando a incluí-la como segundo item de um programa de sete pontos,⁵ o PSD, partido constituído essencialmente por ruralistas, era contrário a qualquer mudança na estrutura agrária (LOSADA, 2003). Apesar de naquele momento o PTB estar em franco crescimento, os partidos associados aos ruralistas – PSD e UDN – detinham maioria no congresso e era a economia agroexportadora que trazia divisas para o país (LOSADA, 2003). JK sabia que não poderia ir contra os interesses ruralistas se quisesse a implantação de suas propostas. Por isso, durante o seu governo, optou por manter uma política próxima aos interesses da maioria parlamentar, ou seja, não propôs nenhuma mudança na estrutura agrária (MEDEIROS, 1983). Por que o periódico consideraria o voto como estratégia de atuação no momento em que o comitê central defendia a luta radical e insurrecional? Por que estimularia os trabalhadores rurais a angariar votos para o partido representante dos latifundiários? Essa mobilização paradoxal tem sua resposta no clima golpista instaurado durante os governos de Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos (COSTA, 1990). A interpretação pecebista dessa conjuntura consistia na ideia de que a liberdade democrática e a constitucionalidade eram fundamentais para a plenitude das ações do partido e das organizações dos trabalhadores. Dessa forma, o PCB orientou suas forças ao apoio de candidatos democráticos que, uma vez no poder, permitiriam a volta do partido à legalidade formal ou

⁵ A reforma agrária proposta pelo PTB previa a extinção do latifúndio improdutivo, a concessão de créditos aos pequenos proprietários e a extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador rural (MEDEIROS, 1983).

prática. Ademais, a estratégia pecebista previa que, uma vez eleito, o partido iria mobilizar forças progressistas para a transformação desse governo.

Nas eleições de 1961, os trabalhadores rurais conseguiram eleger diversos representantes, como o “vereador camponês” Afrânio Serapião de Albuquerque (TERRA LIVRE, edição 106, p. 7), possível remetente da carta enigmática. Com relação ao destinatário da carta podemos lançar duas indagações: seria “Zé Machado”, José Machado Borges, presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Barretos e personagem de destaque nas páginas do periódico? Utilizar a alcunha “Zé” seria uma forma de facilitar a interlocução ao criar um pretenso sentimento de familiaridade? Com relação à segunda indagação, podemos reconhecer que esta era uma forma recorrente de caracterizar os homens do campo e o próprio periódico criou personagens com o nome “Zé”, como o personagem “Zé Meeiro” (TERRA LIVRE, edição 052, p. 2) e “Zé João” (TERRA LIVRE, edição 087, p. 11). Apesar de não encontrarmos em outras edições a utilização do termo “Zé Machado” para classificar os trabalhadores rurais, fica aqui esta hipótese.

O trabalhador rural José Machado era negro. Mobilizados pelas questões propostas por Álvaro Nascimento (2016), empreendemos a tentativa de apresentar a questão identitária negra na estrutura argumentativa do periódico. Dois dos três presidentes da ULTAB eram negros: Geraldo Tiburcio e Lyndolpho Silva. Esse dado não poderia ser diferente, pois estamos falando de uma categoria social que, apesar de comumente tratada sob a insígnia geral e uniforme de “trabalhadores rurais”, era composta, majoritariamente, por negros e mestiços. Essa composição influenciou parte dos argumentos e das caracterizações desenvolvidas pelo periódico. O primeiro ponto de destaque é a preocupação do periódico em ir pela contramão da caracterização homogeneizadora dos trabalhadores rurais. Apesar de tentar criar uma linguagem de classe ao inserir os trabalhadores em uma “rede mais ampla, que mostrava situações semelhantes à sua e, através desse espelhamento, indicava sua crueza, generalidade e possibilidades de alteração” (MEDEIROS, 1995, p. 77), o *Terra Livre* atentava para a identidade étnica dos trabalhadores rurais, como é possível perceber nas Figuras 8 e 9.

Figura 8 – Característica étnica



Fonte: TERRA LIVRE, edição 101, p. 4.

Figura 9 – Característica étnica



Fonte: TERRA LIVRE, edição 049, p. 3.

A identidade étnica também permeava a parte textual do periódico. A piada publicada na edição de março de 1960 caracterizava o latifundiário como “branco rosado” e o camponês como “nêgo velho”:

Não havia pergunta maliciosa ou dito visando ofender Julião, que não encontrasse do velho camponês uma pronta resposta. Um dia percorrendo janela por janela do trem de passageiros, para oferecer seu milho cozido, deparou com um branco rosado

e de barriga grande, viajante de 1ª classe, decerto um latifundiário.

- Ô moço, olha o milinho cozido. Dois cruzeiros a espiga. Vai uma?...

- Sai daí nêgo velho. Quem come o milho é cavalo - respondeu o viajante. Bem não come...?

- UAI! E burro também come?...

(TERRA LIVRE, edição 089, p. 5)

O passado recente da escravidão vigorou nas estruturas argumentativas do periódico. Tal sistematização era voltada tanto à opinião pública como aos próprios trabalhadores. Remeter a um período trágico para os ancestrais dessas pessoas foi uma importante estratégia de mobilização. Para tanto, classificavam o trabalhador rural como escravo do latifúndio e do imperialismo norte-americano; caracterizavam a opressão patronal a partir de práticas do regime escravocrata, enfatizando, simbolicamente, o uso do chicote - por exemplo, "ficando o trabalhador que se rebelar, sujeito a castigo de 30 a 100 chicotadas" (TERRA LIVRE, edição 121, p. 4) e "submetidos a um regime escravo de chicote" (TERRA LIVRE, edição 101, p. 1) -; publicavam charges que retratavam o trabalhador rural acorrentado ao tronco, sendo açoitado pelos latifundiários.

Figura 10 - Escravização do trabalhador rural



Fonte: TERRA LIVRE, edição 118, p. 2.

Tirinhas também eram publicadas com o intuito de reforçar a ideia de continuidade do regime escravocrata. Na primeira quinzena de junho de 1955, o jornal publicou a história de Castro Alves, optando por apresentar o papel dos escravizados na promulgação da abolição e atentar para a linhagem da classe dominante brasileira, ao defender que os Tatufras

eram “filhos e netos dos senhores de escravos” (TERRA LIVRE, edição 057, p. 3). Na primeira quinzena de julho de 1954, o periódico publicou uma adaptação do romance “Cabana do Pai Tomás”. A forma como a adaptação foi concluída ressalta a ideia de continuidade das práticas escravocratas:

Georges mandou cavar uma sepultura, à sombra de uma árvore, e ali enterrou Pai Tomás. Porém, nas outras plantações, os negros, cansados de ser explorados, torturados e separados de sua família, têm ainda que travar uma longa luta para serem reconhecidos como homens livres. **E, hoje, sua luta continua.**
(TERRA LIVRE, edição 044, p.1, grifo meu)

Na tentativa de demonstrar a sistematização da opressão e da violência no campo como continuação de um passado escravocrata não superado, o periódico publicava cartas e depoimentos que denunciavam o trabalho escravo no campo brasileiro.⁶ Na segunda quinzena de abril de 1955, o periódico publicou a denúncia “Vendido como Escravo”, onde o trabalhador rural Pedro Rafael de Lima, natural do Rio Grande do Norte, narra o seu processo de escravização. Os trechos dessa denúncia necessitam ser destacados, haja vista a proximidade com práticas ainda comuns na sociedade brasileira, como a ação dos agenciadores, a venda de pessoas e a restrição da sua locomoção em razão da dívida contraída com o empregador:

Saí do Rio Grande do Norte em outubro de 1953, em cima de um pau de arara. O proprietário do caminhão, que me trouxe, se chama Chico Binho, morador em São Vicente (...) não paguei nada pela viagem. O dono do caminhão já tem contrato como os fazendeiros do Sul para não cobrar nada, a fim de que o pessoal fique escravizado (...) fui vendido por 850 cruzeiros.
(TERRA LIVRE, edição 055, p. 4)

Por fim, destacamos a importância do combate ao racismo na legitimação e crítica de sistemas políticos. Dentro de um jornal voltado à questão agrária, era possível encontrar notícias sobre as manifestações pelos direitos civis e a violência contra negros nos Estados Unidos. O “Almanaque” tinha função nessa estratégia argumentativa, o espaço “Você Sabia?” era utilizado como recurso: “você sabia que nos Estados

⁶ Essas notícias foram publicadas em um contexto internacional de combate às permanências da escravidão. Em 7 de dezembro de 1953, o Protocolo aberto à assinatura na sede das Nações Unidas, em Nova York, foi adicionado à Convenção Sobre a Escravatura, assinada em Genebra (1926). Em 7 de setembro de 1956, a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura foi adotada em Genebra.

Unidos, apesar de ter sido abolida há dezenas de anos a escravidão, os negros continuam sendo perseguidos e em muitos Estados não podem frequentar as mesmas escolas dos brancos, os mesmos cinemas, hotéis e etc.?" (TERRA LIVRE, edição 051, p. 2); "você sabia que os negros nos Estados Unidos até na Igreja são obrigados a sentarem-se atrás e bem separados dos brancos?" (TERRA LIVRE, edição 124, p. 4). A apresentação das perseguições que os negros norte-americanos sofriam era a principal estratégia empregada pelo periódico para deslegitimar o "american way of life". Ao mesmo tempo, uma das formas de legitimar as mudanças empreendidas durante a revolução cubana consistia em atentar para o reconhecimento dos direitos dos negros à igualdade civil, social e política (TERRA LIVRE, edição 095, p. 1).⁷

Formigas, lobos e ovelhas

Fábulas foram publicadas com o objetivo de circunscrever as formas de atuação dos "inimigos".⁸ Na página três da primeira quinzena de novembro de 1955, encontramos a fábula "Antes tarde do que nunca", composta por quatro personagens: a formiga valente (trabalhadores rurais), a formiga mágica (setores da Igreja católica), a rainha (governantes) e as formigas protegidas pela rainha (latifundiários). Com uma linguagem simples, o texto narra o problema enfrentado pelas formigas "trabalhadoras" que "não recebiam a alimentação em conformidade com o trabalho [executado]" - ou seja, não ganhavam o salário mínimo, reivindicação que organizava o periódico nos anos de 1950 -, em contraposição às formigas protegidas "que já há alguns anos nada faziam além de ficar todo o tempo descansando". Inconformadas com a situação, as formigas deflagraram uma greve, que as desgastou e, assim, favoreceu a atuação da "formiga mágica". O discurso de conformidade propagado por esta formiga foi combatido graças à formiga valente, responsável por instigar a continuidade da luta e, por isso, conseguir "mantimentos, alegria e amizade".

Novamente, é possível perceber o destaque à relação entre latifundiários e setores governantes, porém, um adversário novo foi introduzido no arcabouço explicativo da exploração do trabalhador rural: a Igreja. A crítica à Igreja ganhou contornos mais claros a partir de 1961, quando a

⁷ Cabe aqui destacar que a retomada do passado escravocrata e a apresentação da luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis como forma de crítica ao "modo de vida americano" também foram estratégias argumentativas implementadas pelo periódico *A Liga* (dirigido pelas Ligas Camponesas e voltado à população rural). Essa constatação reafirma a importância da identidade negra na construção argumentativa dos movimentos que atuavam na organização política da população rural.

⁸ A utilização da palavra "inimigo" era recorrente. A utilização dessa palavra no lugar de "adversário", evidencia a tentativa de trazer afetividade à luta, demonstrar empatia e interiorizar práticas.

instituição despontou como importante adversária nas disputas pela organização dos trabalhadores rurais em torno de sindicatos. O *Terra Livre* utilizava falácias baseadas no argumento contra a pessoa para deslegitimar a atuação da Igreja, apresentando desvios de comportamento de padres e bispos (TERRA LIVRE, edição 098, p. 7). Outra estratégia para deslegitimar a atuação da Igreja católica era indicar a ligação entre latifundiários e seus membros (TERRA LIVRE, edição 102, p. 2). Concomitantemente a essa ligação, o jornal atentava para a atuação dos membros da igreja – padres e bispos – como estimuladores da violência contra a população rural, ao se articularem com os jagunços. Sabendo da religiosidade dos trabalhadores rurais, os editores procuravam relativizar suas críticas à Igreja, demonstrando não estar contra a instituição, mas contra os “falsos representantes de Cristo” (TERRA LIVRE, edição 114, p. 2) que fazem uso do “bom nome da Igreja católica” para continuar estimulando a exploração do camponês.

Na edição de julho de 1961, publicou-se a fábula “A Lei dos lobos e o direito das ovelhas”, utilizada para questionar o papel da justiça e atentar para o direito da resistência armada. A narrativa retratou os conflitos entre lobos (latifundiários) e ovelhas (trabalhadores rurais) reunidas em “Associações e Ligas de animais”⁹. Mesmo lutando para que diferentes setores da sociedade brasileira, ou melhor, “animais que não são ovelhas” não mais acreditassem na existência de “Lobos ‘bonzinhos’”, as leis criadas pelos “animais grandes”, leia-se governantes, concordavam “que era preciso defender as ovelhas, mas era preciso também não perseguir os pobres lobos”. Apesar de considerar a justiça instrumento de ação dos latifundiários, o *Terra Livre* incentivava a sua utilização como meio de assegurar e conquistar direitos:

quando um lobo ficar insolente perto do rebanho, e mostrar-se desejoso de devorar uma ovelha, as outras têm o direito de agarrá-lo pela gola e levá-lo à presença do Conselho de Animais. A lei foi aprovada, mas, até hoje, sejam as ovelhas acusadas ou acusadoras, só temos visto lobos carregar ovelhas para o mato e devorá-las. (TERRA LIVRE, edição 101, p. 4)

A forma encontrada pelas ovelhas para superar esse controle da justiça foi, a exemplo dos “posseiros do sudoeste do Paraná (...), varrer a bala os jagunços fardados a serviço dos grandes proprietários de terra” (TERRA

⁹ Retomando as discussões realizadas no tópico “Vamos rir?”, cabe destacar a escolha da “ovelha” para representar os trabalhadores rurais. Em uma fábula, cada animal simboliza aspectos e qualidades dos humanos a serem representados. A ovelha representa inocência e fragilidade.

LIVRE, edição 101, p. 4).¹⁰ A luta armada era apresentada como resistência de última necessidade aos ataques dos jagunços, que “provocam os tiroteios e dizem que são atacados pelos camponeses” (TERRA LIVRE, edição 101, p. 8), e aos abusos dos próprios latifundiários. Além de justificar a utilização da luta armada, o *Terra Livre* procurava fazer apologia da mesma. Para tanto, classificava os camponeses envolvidos em movimentos de resistência armada como “bravos” e “homens de verdade”, os entrevistava, expunha as suas conquistas e apresentava o caráter legal da resistência armada.

Luta de Classes

Qualquer espaço era utilizado para mobilizar os trabalhadores rurais à luta. Em fevereiro de 1960, o “Pequeno Almanaque” passou a contar com a coluna “Pensamentos Célebres”, utilizada para inculcar frases acerca da luta de classes e do caráter nobre da pobreza: “Somente vive quem luta” (TERRA LIVRE, edição 098, p. 4); “Viver não é meramente respirar, é agir” (*Idem*); “É melhor morrer de pé do que viver de joelhos” (TERRA LIVRE, edição 097, p. 4); “Não é pobre aquele que tem pouco, mas sim aquele que deseja muito para dominar outros” (*Idem*); “Prefere ser pobre por ter sido justo, a ser rico por meio da injustiça” (TERRA LIVRE, edição 099, p. 5).

Outra iniciativa voltada ao estímulo da luta foi a publicação do espaço “Conselhos Caseiros”, cujo objetivo era apresentar as melhores formas de educar as crianças, alimentar os recém-nascidos e cuidar das enfermidades infantojuvenis. Esse espaço era utilizado para identificar os responsáveis pelas dificuldades cotidianas enfrentadas pelos trabalhadores rurais. Ao criticar a prática de uma educação infantil atemorizadora, alertava para a formação de adultos “medrosos e sem coragem para enfrentar as lutas da vida” (TERRA LIVRE, edição 069, p. 3). Ao orientar as “mães trabalhadoras” sobre a aquisição dos presentes natalinos, propunha a luta pelo pagamento do abono de natal – exigência comum entre os operários urbanos – como a melhor estratégia: “Os patrões, que ganham tanto dinheiro, podem pagar um Abono de Natal que, nas mãos das mães, é transformado em alegria para os filhos” (TERRA LIVRE, edição 070, p. 3). Ao narrar sobre a importância da alimentação do recém-nascido, ressaltava a necessidade de exigir “que o patrão e o governo lhe deem meios de alimentar seu filhinho” (TERRA LIVRE, edição 071, p. 3). Ao falar sobre os casos de desidratação que atingiam as crianças durante o verão, enfatizava: “Nas fazendas e usinas, as famílias que têm crianças pequenas devem exigir que os patrões deem médicos para atender todos os casos (...)” (*Idem*). Ao combater os castigos

¹⁰ Nas edições de 1961, os conflitos pela posse da terra nessa região foram utilizados para demonstrar a efetividade da resistência armada e a utilização do braço armado policial pelo latifúndio.

físicos infantis, destacava que elas não entendiam das “dificuldades e nenhuma culpa tem de tudo de ruim que acontece. A culpa da miséria e da abertura da vida é dos exploradores” (TERRA LIVRE, edição 075, p. 3).

Em junho de 1961, o diretor executivo Joaquim Alves Pereira foi substituído por H. Sosthenes Jambo. Essa alteração no expediente do periódico tem reflexos na composição do espaço “Pequeno Almanaque de Terra Livre”. As edições de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1961 foram veiculadas sem o espaço. O “Pequeno Almanaque” só voltou a ser publicado na edição de janeiro de 1962, porém, com uma estrutura diferente, sem as piadas, os conselhos domésticos, as orientações agropecuárias, as curiosidades, os calendários etc. Esse espaço passou a ser utilizado para publicação de séries, que abordavam de forma mais direta a política nacional e internacional: “Um dia na vida de Brasilino”; “Zé Brasil”; “O Caminho da Humanidade”, que apresentava as principais teses de “Carlos Marx” e “Frederico Engels” (TERRA LIVRE, edição 113, p. 4); e “Horóscopo da política e dos políticos”, voltada à caracterização cômica dos políticos brasileiros em atuação. Os nascidos entre 19 de fevereiro e 21 de março, pertencentes ao signo de Peixes, foram os primeiros analisados. Preocupado em não perder traços necessários à estratégia argumentativa, o periódico selecionou dois políticos brasileiros que nasceram nesse período, Carvalho Pinto (15 de março de 1910) e João Goulart (1º de março de 1918) – figuras criticadas em diferentes edições. Em abril de 1963 foi publicado o segundo número da série, apesar de ter como tema o signo de Áries, criticou Carlos Lacerda (30 de abril de 1914), Adhemar de Barros (22 de abril de 1901) e Ranieri Mazzili (27 de abril de 1910), políticos pertencentes ao signo de Touro (21 de abril a 20 de maio). A argumentação dessa série utilizava Estados Unidos e Cuba como referências. O jornal apresentou como símbolo do signo de Peixes, um tubarão (EUA) derrotado por uma sardinha armada (Cuba). O símbolo do signo de Áries, por sua vez, é representado por um carneiro que vestia um “gorro pintado, parecido com aqueles camuflados do uniforme americano dos fracassados assaltantes de Cuba” (TERRA LIVRE, edição 121, p. 5) e oferecia uma caixinha de “chiclets” – simbolizando a presença do capital imperialista no cotidiano nacional. Outro elemento presente nessa série é a crítica à Igreja católica. Ao discorrer sobre o signo de Áries, o periódico enfatizou que, apesar de temer “as grandes figuras humanas que se apresentam barbudas”, os arianos “só não temem a Jesus Cristo porque D. Helder Câmara assegurou que Cristo não voltará mais a chicotear os mercadores de seu templo” (TERRA LIVRE, edição 121, p. 5). Em outro momento, o periódico ironizou a preocupação católica com a “contaminação” comunista, destacando o ocorrido com o papa João XXIII, “recentemente recrutado pelo jornalista soviético Alexei Adjubei” (*Idem*). O caráter

objetivo do espaço se perde, o que era para ser uma análise rápida e leve transforma-se em uma construção densa, cansativa e errônea. Talvez o erro, ao confundir o período correspondente ao signo de Áries, tenha ferido a legitimidade discursiva do “Pequeno Almanaque”, que não voltou a ser publicado até o encerramento das atividades do periódico em abril de 1964.

Principais pontos a serem retidos

Pelo fato do público-alvo do periódico ser, em grande parte, analfabeto, os editores recorrentemente utilizavam desenhos, charges e tirinhas como recursos fundamentais no reforço das teses apresentadas. Também ligado ao aspecto do analfabetismo, é necessário destacar a utilização da esperteza do trabalhador rural como instrumento de aproximação para com o trabalhador rural e construção de um reforço positivo.

Devemos destacar a estratégia do PCB de delegar a cada setor do “Pequeno Almanaque” uma função específica na transmissão das diretrizes pecebistas. As piadas e as fábulas tinham como função a construção de uma linguagem de classe a partir da caracterização do adversário. O espaço “Você sabia?” era utilizado principalmente para apologia das ações soviéticas e denúncia da desigualdade nacional. As séries, por sua vez, concentravam suas críticas aos aspectos da política institucional (sindicatos e partidos políticos) e às características do imperialismo norte-americano.

O protagonismo dos trabalhadores negros na construção do periódico, que estabelecia estratégia argumentativa exclusiva a esse grupo, publicando desenhos que reconheciam a identidade negra dos trabalhadores rurais, utilizando o passado escravocrata como instrumento de mobilização dos trabalhadores rurais e atacando o “american way of life” a partir das perseguições raciais sofridas pela população negra nos Estados Unidos.

Por fim, destacamos que não somente é importante o avanço de pesquisas sobre os diferentes universos dos trabalhadores rurais, como também pesquisar sobre diferentes estratégias empreendidas por movimentos que pretendiam organizar politicamente os trabalhadores rurais por meio da educação, seja ela formal ou informal.

Referências bibliográficas

BADARÓ, Marcelo M. Imprensa Comunista e formação de quadros no período 1954-64. *In*: ROXO, Marco e SACRAMENTO, Igor (Orgs.).

- Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012, p. 123-143.
- BARBOSA, Vera. *Canto de liberdade: poesia e política. O PCB na organização do campesinato (1954-64)*. Monografia. UNIFESP. Guarulhos, 2014. 101p.
- BRANDÃO, Otávio. *Otávio Brandão* (depoimento, 1977). Rio de Janeiro. CPDOC, 1993.
- COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *O PCB e a questão do sindicalismo rural, 1954-64*. Tese (doutorado). USP. São Paulo, 1990. 244p.
- DEL ROIO, Marcos. A Teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma Revolução Burguesa em Processo. In: _____ e MORAES, João Q. (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil: visões do Brasil*, v. 4. Campinas: Unicamp, 2014, p. 73-134
- DEZEMONE, Marcus e GRZYNSZPAN, Mário. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 209-236.
- LOBATO, Monteiro. *Zé Brasil*. Editora Vitória: Rio de Janeiro, 1947.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- _____. *A questão da reforma agrária no Brasil*. Dissertação (Mestrado). USP. São Paulo, 1983. 150p.
- _____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: Os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado). Unicamp. Campinas, 1995. 294p.
- _____. *Movimentos Sociais no Campo, Lutas por Direitos e Reforma Agrária na Segunda Metade do Século XX*. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 113-136.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana: 1930-1961*. Niterói: Editora da UFF, 2010.
- MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas Camponesas do Brasil*. 1969. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese_cmorais.htm>. Acesso: 18 mar. de 2013.
- MOREIRA, Vânia Losada. Os anos JK: a industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo de experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 155-194.

- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, 2016 v. 29, n. 59, p. 607-626.
- RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese (Doutorado). UNICAMP. Campinas, 2005. 262p.
- SANTOS, Leonardo Soares. As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947). *Troçadero*, 2005, n. 17, p.77-98.
- SILVA, Osvaldo Heller. *A Foice e a Cruz – comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.
- SOARES, Paula Elise. *As representações do camponês e do latifundiário brasileiros: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964)*. Dissertação (Mestrado). UFMG. Belo Horizonte, 2011. 258p.
- SOUZA, Enilce Lima Cavalcante. *Campo e palavras: dimensões da questão agrária no Ceará, 1954-64*. 2005. Dissertação (Mestrado). UFC. Fortaleza, 2005. 258p.
- TAPIA, Jorge. *Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a Reforma Agrária no Brasil (1946-64)*. Tese (Mestrado). Unicamp. Campinas, 1986. 612p.
- WELCH, Clifford Andrew. *A Semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-64*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Fonte

TERRA LIVRE. Edições de julho de 1954 a janeiro de 1964.

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. Você Sabia? O lúdico como ferramenta organizativa no periódico Terra Livre (1954-64). *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2017, vol. 25, n. 3, p. 642-670, ISSN 2526-7752.

Resumo: (*Você Sabia?* O lúdico como ferramenta organizativa no periódico *Terra Livre* (1954-64)). Movidos pelo desejo de ampliar as análises sobre a atuação dos trabalhadores rurais no Brasil pré-64, elaboramos o presente artigo, cujo objetivo é identificar a função do

espaço “Almanaque de Terra Livre” na transmissão das diretrizes e interpretações pecebistas. Para tanto, dividimos o texto em cinco partes: elaboramos um breve histórico sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo, abordando suas estratégias de luta; apresentamos as principais características do *Terra Livre* e a função política da imprensa pecebista; expomos o papel das piadas na circunscrição dos adversários; analisamos a questão étnica na construção argumentativa do periódico; identificamos as estratégias utilizadas para inculcar preceitos da luta de classes. Adotando como referências teórico-metodológicas as ideias desenvolvidas por Jean-Noël Jeanneney, Norman Fairclough, Regina de Luca, Cruz e Peixoto, procuramos fazer uma análise bidimensional do discurso desse periódico, discutindo tanto sua estrutura textual – vocabulário, coesão e estratégia textual – como a conjuntura político-econômica na qual se inseria.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro, questão agrária, imprensa.

Abstract: (*Did you know?* Playfulness as an organizational tool in the periodical *Terra Livre* (1954-64)). Moved by the desire to broaden the analysis of the situation of rural workers in pre-64 Brazil, we have elaborated the present article, whose objective is to identify the function of the "Almanaque de Terra Livre" space in the transmission of pecebiist guidelines and interpretations. To do so, we divided the text into five parts: we elaborated a brief history of the Brazilian Communist Party (PCB) on rural issues, addressing its strategies of struggle; we present the main characteristics of the *Terra Livre* and the political function of the pecebiist press; we expose the role of jokes in the circumscription of adversaries; we analyze the ethnic issue in the argumentative construction of the periodical; and we identify the strategies used to inculcate precepts of the class struggle. As a theoretical-methodological reference, we draw on the ideas developed by Jean-Noël Jeanneney, Norman Fairclough, Regina de Luca, Cruz and Peixoto, and carry out a two-dimensional analysis of this journal's discourse, discussing both its textual structure – vocabulary, cohesion and textual strategy – and the political-economic conjuncture in which it was inserted.

Keywords: Brazilian Communist Party, agrarian question, press.

Recebido em setembro de 2017.

Aceito em setembro de 2017.